

**DECRETO Nº 19.535, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.**

**Altera a denominação da Coordenadoria-Geral da Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre (CGORLAPOA), da Secretaria Municipal de Gestão (SMGES), alterando a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Gestão (SMGes) e a redação do inc. XIX do art. 2º do Decreto nº 9.391, de 17 de fevereiro de 1989 – que Consolida a Estrutura Geral da Administração Centralizada do Município, lota Cargos em Comissão e Funções Gratificadas criados pelas Leis nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município; dispõe sobre o Plano de Pagamento e Lei nº 6.151, de 13 julho 1988 –, estabelece as competências da Unidade Executora e de Coordenação do Programa ORLA POA – UECP-ORLA POA, da Secretaria Municipal de Gestão (SMGES) e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94, inciso II e IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei 11.964, 30 de novembro de 2015, que criou Cargos em Comissão e Funções Gratificadas a serem lotados na Secretaria Municipal de Gestão, destinados à operação das atividades necessárias ao planejamento, operação, controle e avaliação do Programa ORLA POA – Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre, autorizado pela Lei nº 11.694, de 1º de outubro de 2014, alterada pela Lei nº 11.751, de 30 de dezembro de 2014;

Considerando o Decreto nº 19.248, de 15 de dezembro de 2015, que lotou os postos de confiança criados pela Lei 11.964, de 2015, bem como criou na estrutura da SMGes a Unidade de Trabalho denominada Coordenadoria-Geral da Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre (CGORLAPOA);

Considerando o Contrato de Empréstimo Externo e Garantia nº CFA009477 para o financiamento parcial do Programa ORLA POA, firmado com a Corporação Andina de Fomento (CAF) em 10 de agosto de 2016 e registrado na Procuradoria-Geral do Município sob o nº 62.737, fl. 129 do Livro 986-D, o qual prevê em sua CLÁUSULA OITAVA, como condição

para os desembolsos a apresentação de Relatório Inicial contendo a evidência de que a Unidade Executora e de Coordenação do Programa – UECP foi instituída, com seu respectivo organograma; e

Considerando a importância do Programa ORLA POA, que visa promover um conjunto de ações para revitalizar e recuperar a Orla do Guaíba, o Centro Histórico e as vias urbanas que viabilizam a mobilidade e a acessibilidade destas áreas da cidade, bem como melhorar as condições financeiras de arrecadação para fazer frente às obrigações pertinentes ao novo cenário pretendido,

## D E C R E T A:

**Art. 1º** Fica alterada a denominação da Coordenadoria-Geral da Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre (CGORLAPOA) para Unidade Executora e de Coordenação do Programa ORLA POA (UECP-ORLA POA), da Secretaria Municipal de Gestão (SMGes), mantendo toda a sua estrutura.

**Art. 2º** O Programa ORLA POA, concebido no âmbito da Administração Pública Municipal de Porto Alegre, através da Lei nº 11.694, de 1º de outubro de 2014, será executado pela SMGes, por intermédio da estrutura técnico-administrativa coordenada pela Unidade Executora e de Coordenação do Programa ORLA POA (UECP-ORLA POA).

**Parágrafo único.** A Unidade Executora e de Coordenação do Programa ORLA POA (UECP-ORLA POA), fica organizada nos termos deste Decreto.

**Art. 3º** Compete à UECP-ORLAPOA:

I – coordenar, planejar e programar as ações do Programa com as entidades subexecutoras;

II – acompanhar os processos de licitação de obras, aquisição de bens e contratação de consultorias;

III – controlar e acompanhar a supervisão e fiscalização de obras, monitorar o cumprimento dos contratos de serviços e obras constantes do Programa junto às entidades subexecutoras;

IV – realizar contabilidade do programa e exercer seu controle administrativo e financeiro, providenciar as solicitações de desembolso, antecipações de recursos e justificativa

de gastos junto à Corporação Andina de Fomento (CAF) mantendo fluxo de caixa suficiente para prover os pagamentos;

V – acompanhar e avaliar os resultados do programa e elaborar os relatórios de acompanhamento de execução e supervisão de serviços e obras do programa para a representação da CAF;

VI – prestar contas aos órgãos e entidades fiscalizadoras do Município, bem como à auditoria externa definida em contrato com a CAF;

VII – recepcionar, acompanhar e assessorar as missões da CAF, as inspeções do Governo Federal e auditoria externa; e

VIII – Atender, atualizar e adequar as disposições do Manual Operacional do Programa (MOP), documento este que estabelece os termos, condições e procedimentos para o funcionamento do programa.

**Art. 4º** A UECP-ORLAPOA é composta pela seguinte estrutura, em conformidade com o disposto no inc. XIX do art. 2º do Decreto nº 9.391, de 17 de fevereiro de 1989:

I – 1 (um) Coordenador Geral CC;

II – 1 (um) Gerente de Projetos III CC;

III – 2 (dois) Assessores Técnicos;

IV – 1 (um) Assessor Especialista CC; e

V – 1 (um) Assistente.

**Art. 5º** A UECP-ORLAPOA contará com os seguintes apoios para a execução do Programa ORLA POA:

I – Comissão Especial de Licitações para Projetos Estruturantes (PAC Mobilidade Urbana, PAC Prevenção e outras Licitações indicadas pelo Comitê Gestor de 2ª Instância), responsável pelo processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios acima descritos bem como aqueles decorrentes do financiamento da CAF;

II – uma empresa para prestar apoio gerencial, responsável pela elaboração da documentação e implementação dos processos, procedimentos e sistemas de informação requeridos para a Administração, bem como apoio à UECP-ORLAPOA e às subexecutoras nas

funções de programação anual, contratações, execução físico-financeira, monitoramento e acompanhamento, verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e avaliação do Programa ORLA POA;

III – uma empresa de apoio em fiscalização e supervisão de obras, responsável pelas atividades administrativas e técnicas de fiscalização de obras; e

IV – especialistas integrantes do quadro de pessoal.

**Art. 6º** A UECP-ORLAPOA será responsável pela supervisão geral do Programa ORLA POA e orientação para o cumprimento oportuno das metas e objetivos firmados com a CAF, em parceria com as seguintes entidades da Administração Municipal, subexecutoras do Programa:

I – Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais (GADES);

II – Secretaria Municipal de Obras Viárias (Smov);

III – Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smam);

IV – Secretaria Municipal da Fazenda (SMF);

V – Secretaria Municipal da Cultura (SMC);

VI – Secretaria Municipal de Transportes (SMT); e

VII – Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

§ 1º Para a coordenação institucional do Programa, a SMGes e as referidas entidades da Administração Municipal assinarão Termos de Cooperação, estabelecendo as competências e obrigações de cada uma delas, em concordância com o Manual Operacional do Programa (MOP).

§ 2º A SMGes, por meio da UECP-ORLAPOA, e cada uma das entidades da Administração Municipal subexecutoras do Programa, elencadas nos incs. I ao VII deste artigo, indicarão um representante titular e um suplente para comporem um Grupo de Trabalho o qual, sob a coordenação da UECP-ORLAPOA/SMGes, prestará apoio nas atividades de elaboração das licitações ou termos de referência, de fiscalização e supervisão técnica e ambiental das obras e dos estudos e serviços contratados.

**Art. 7º** O Programa ORLA POA contará com um sistema de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas, através de contratação de empresa fiscalizadora, bem como

auditoria externa, sob a responsabilidade da UECP-ORLAPOA/SMGes, e ainda, com um banco de dados para o monitoramento dos indicadores de desempenho e impactos definidos no Marco Lógico.

**Art. 8º** Fica alterada a redação do inc. XIX, do art. 2º do Decreto nº 9.391, de 1989, como segue:

“XIX - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
...Secretário Municipal  
...GABINETE DO SECRETÁRIO  
.....  
... UNIDADE EXECUTORA E DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA ORLA  
POA  
.....Coordenador-Geral – CC 1.1.2.8  
.....Gerente de Projetos III - CC 1.1.2.7  
.....Assessor Técnico (2) 2.1.1.7  
.....Assessor Especialista – CC 2.1.2.6  
.....Assistente 2.1.1.5  
...ÁREA ADMINISTRATIVA  
.....” (NR)

**Art. 9º** As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Gestão.

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 20 de outubro de 2016.

José Fortunati,  
Prefeito.

Paulo Guimarães,  
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

Urbano Schmitt,  
Secretário Municipal de Gestão.